

Acta N.º	01/2011
Livro N.º	Folha N.º
35	223

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 01/2011 DE 06 DE JANEIRO**

----- Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio, Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----**----- a) Sessão ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal. -----**

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que no passado dia 27 de Dezembro, se realizou a sessão ordinária de Dezembro de 2010 da Assembleia Municipal, num horário diferente do habitual, tendo iniciado os trabalhos às dezoito horas e terminado às vinte e duas horas e quarenta minutos, tendo sido aprovados todas as propostas apresentadas pela Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio usou da palavra a propósito, tendo referido que, conforme oportunamente comunicado, não esteve presente na última reunião de Câmara Municipal nem na sessão da Assembleia Municipal. Relativamente à Assembleia Municipal, e tanto quanto lhe foi dado saber, foram faladas coisas que considera inadmissíveis referentes à execução da obra de Construção da Biblioteca Municipal, acerca da qual o Presidente da Câmara terá dito que “nunca viu tal coisa na sua vida de se adiantar dinheiro ao empreiteiro”. Lamenta porque é Presidente da Câmara e advogado de profissão. Referiu que de quinze em quinze dias vem às reuniões da Câmara Municipal e que não ficava mal ao Sr. Presidente se, nessas reuniões, lhe perguntasse porque é que foram adiantados os duzentos e cinquenta mil euros à Vilda, S.A, adjudicatária da obra. Lamentou também os comentários feitos pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal acerca do empréstimo bancário contraído para a execução daquela obra, tendo dito, tanto quanto sabe, que poderá estar em causa um crime de peculato. De seguida explicou ao Executivo que esta obra só foi

adjudicada passado ano e meio após o concurso público e, como todos sabem, havia lugar a revisão de preços. Com a empresa, chegou a um acordo de pagamento de revisão de preços apenas de 50%, com a condição de que a Câmara Municipal fizesse um adiantamento de duzentos e cinquenta mil euros. Entende que com aquele adiantamento se poupou muito dinheiro. Tudo aquilo está contemplado na lei e nada foi feito com violação da lei. Em relação ao crime de peculato de que foi acusado, lamenta que um advogado tenha usado essa expressão, por outras palavras o Presidente da Assembleia Municipal chamou-o de ladrão e por isso vai processá-lo. Aliás no art.º 376.º do Código Penal é referido que só haverá peculato de uso se não houver interesse público na acção. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o Sr. Vereador Manuel Custódio de que o Presidente da Câmara tem o dever de esclarecer os membros da Assembleia, e o que se passou relativamente a esta questão foi levantado por um deputado municipal do PSD, o Sr. Joel Sousa que, virando-se para o Presidente da Assembleia, lhe lembrou que no anterior mandato e aquando da votação do empréstimo para a construção Biblioteca votou contra. Em seguida o Presidente da Assembleia respondeu que ainda bem que votou contra tal empréstimo porque o mesmo não foi preciso para pagar aquela empreitada. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que, ainda hoje, antes do início da presente reunião, esteve reunido com responsáveis da empresa Embeiral, S.A. para negociar os juros de mora relativos a dívidas dos anos de 2006, 2007 e 2008, que estão a exigir, e foi-lhe atirado à cara que eles andam a financiar a Câmara Municipal e que esta quer perdão dos juros enquanto outras empresas receberam adiantamentos para fazer obras. -----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos manifestou também o seu desagrado pela forma como o Sr. Presidente da Assembleia conduziu os trabalhos da última sessão, permitindo que se falasse do ex-Presidente da Câmara na sua ausência. Referiu ainda que tem de haver dignidade no órgão Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à questão da ausência do Sr. Vereador Manuel Custódio na sessão da Assembleia Municipal e terem falado dele, o Sr. Presidente da Câmara referiu que tal não é novidade, alguns membros do PSD constantemente falam do Vereador Avantino Beleza, tendo inclusive sido focado na última sessão por causa do pagamento da sua participação em acção de formação da ATAM, e nunca ninguém o aqui veio defender ou dizer que não deviam, na sua ausência falar no seu nome. Não esteve em causa o cidadão Sr. Manuel Custódio, mas antes a pessoa pública do Sr. Vereador, enquanto Presidente da Câmara no anterior mandato. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, quanto à questão da Biblioteca, disse que gostaria de consultar o processo, e sugeriu que este processo fique resolvido. -----

Acta N.º	01/2011
Livro N.º	Folha N.º
35	223

----- O Sr. Presidente informou o Sr. Vereador Avantino de que pode consultar qualquer processo quando bem o entender é um direito seu. -----

----- **b) Voto de pesar pela morte do Dr. Júlio Cruz.** -----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos comunicou que ontem foi o funeral do Dr. Júlio Cruz que, entre outros cargos, foi Vereador da Câmara Municipal de Viseu e Presidente da Confraria Aquiliniana, pelo que propõe um voto de pesar, tendo o Executivo anuído por unanimidade. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza lamentou o desaparecimento da pessoa do Dr. Júlio Cruz. -----

----- **c) Procedimento concursal para encarregados operacionais.** -----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos questionou a Sr. Presidente sobre o que tenciona fazer acerca do procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho para a categoria de encarregado operacional. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto respondeu à Sr.^a Vereadora dizendo que acerca da matéria já informou tudo o que tinha para informar e que se mantêm todos os pressupostos que indicou na acta da última reunião municipal. -----

----- **PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) Abertura de conta bancária específica para operações financiadas pelo PRODER.** -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 05 de Janeiro de 2011, do seguinte teor integral: -----

“ Considerando que:

a) Conforme Guião de Pedidos de Apoio aos Subprogramas PRODER, torna-se necessário criar uma conta bancária, a utilizar especificamente para todos os movimentos financeiros (pagamentos e recebimentos) referentes a operações financiadas pelo PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, sendo que tal conta específica não tem que ser exclusiva para uma dada operação;

b) De harmonia com o ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, “a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue”.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que autorize a abertura de uma conta bancária no Balcão de Vila Nova de Paiva da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Vale do Dão e Alto Vouga, com o NIB 0045.3230.40241279.287.82, a utilizar específica e exclusivamente para todos os movimentos financeiros referentes a operações financiadas pelo PRODER, referentes a candidaturas apresentadas pelo Município de Vila Nova de Paiva enquanto Entidade Beneficiária, e aprovadas pela respectiva Unidade de Gestão do PRODER.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara e autorizar a utilização nos termos propostos da referida conta específica. -----

----- b) Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 05 de Janeiro de 2011, do seguinte teor integral: -----

“ Nos termos das alíneas a), c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva deliberou aprovar em sessão ordinária realizada no dia 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de Dezembro de 2010, o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais (estrutura hierarquizada) e o número máximo de unidades e subunidades orgânicas e equipas de projecto.

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro estipula, por sua vez, que compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, a criação de unidades orgânicas flexíveis e a definição das respectivas atribuições e competências, bem como criar as equipas de projecto, dentro dos limites fixados.

Considerando a necessidade de proceder a uma mais atempada reflexão de enquadramento sobre a estrutura orgânica a aprovar, mas urgindo acautelar o regular funcionamento dos serviços, e tendo presente a decorrente obrigação de fundamentar a sua estrutura orgânica no âmbito do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere, de harmonia com o disposto na alínea a), do art.º 7.º, conjugado com o n.º 3 do art.º 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, aprovar a estrutura orgânica flexível dos serviços municipais apresentada em Anexo, e integrá-la, até oportuna revisão, com as unidades orgânicas anteriormente definidas no Regulamento de Organização de Serviços e Estrutura Orgânica publicados por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004.

ANEXO

Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais

Artigo 1º

Acta N.º	01/2011
Livro N.º	Folha N.º
35	223

Unidades orgânicas flexíveis

1 – A estrutura orgânica flexível dos serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva é composta por unidades orgânicas flexíveis, directamente dependentes do presidente da Câmara, correspondendo a divisões municipais.

2 – As unidades orgânicas flexíveis são dirigidas por um Chefe de Divisão Municipal, e são criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, à qual compete, igualmente, a definição das respectivas competências, de acordo com o limite de quatro unidades, fixado pela Assembleia Municipal.

3 – A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de optimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo dos custos e resultados.

Artigo 2.º

Subunidades orgânicas

1 – Para a execução de funções de natureza executiva, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva dispõe de subunidades orgânicas criadas, no âmbito das unidades orgânicas flexíveis, por despacho do Presidente da Câmara Municipal e dentro do limite de três subunidades, fixado pela Assembleia Municipal.

2 – As subunidades orgânicas estruturam-se como secções e são chefiadas por um coordenador técnico.

Artigo 3.º

Atribuições e competências das unidades orgânicas

1 – O conjunto das atribuições e competências adiante descritas para cada unidade orgânica municipal constitui o quadro de referência da respectiva actividade, podendo no entanto ser ampliado ou modificado por deliberação da Câmara Municipal.

2 – Além das competências previstas no n.º 1, competem ainda à unidades orgânicas as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superiores.

3 – As competências conferidas a qualquer unidade orgânica nos termos dos números anteriores integram a competência própria ou delegada do respectivo dirigente.

4 – O âmbito das competências e poderes cometidos pela presente estrutura orgânica a qualquer das unidades orgânicas flexíveis ou às subunidades orgânicas constitui mero desenvolvimento da competência própria da divisão municipal em que se integre, não possuindo autonomia decisória sem delegação específica.

Artigo 4.º

Unidades não departamentalizadas

1 – Constituem gabinetes de assessoria as estruturas de apoio directo à Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara, às quais compete, em geral, proceder à informação directa sobre processos cuja iniciativa ou execução não corram pelas divisões em conformidade com o que se dispõe na presente orgânica, bem como a concepção, execução e coordenação de acções ou programas específicos nos termos das deliberações e decisões dos órgãos camarários.

2 – Os gabinetes referidos no número anterior constituem unidades funcionais de natureza técnica, sem departamentalização formal, agregadores de actividade com responsabilidade processual e autonomia, na directa dependência do Presidente da Câmara.

3 – Constituem serviços os núcleos de apoio directo às unidades ou subunidades orgânicas, sem departamentalização formal, através dos quais as mesmas exercem a respectiva competência funcional.

4 – Os serviços referidos no número anterior constituem unidades funcionais agregadoras de actividade com identidade processual, não sendo detentores de competência decisória própria.

5 – A criação dos serviços é da competência do Presidente da Câmara, sobre proposta do Chefe de Divisão.

Artigo 5.º

Identificação

Até à sua substituição pela nova estrutura a aprovar, o regular funcionamento dos serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, é assegurado com as unidades de assessoria e orgânicas anteriormente definidas no seu Regulamento de Organização de Serviços e Estrutura Orgânica publicados por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004, designadamente:

a) Unidades de assessoria e apoio aos órgãos autárquicos:

i) Gabinete de Apoio ao Presidente;

ii) Gabinete Jurídico;

iii) Gabinete de Protecção Civil.

b) Divisão de Administração e Finanças:

c) Divisão de Urbanismo e Ambiente:

d) Divisão de Obras Municipais:

e) Divisão Social e Cultural.

Artigo 6.º

Acta N.º	01/2011
Livro N.º	Folha N.º
35	223

Princípios e competências

Mantém-se em vigor todo o conjunto de princípios e competências inerentes à plena eficácia administrativa das unidades referidas, anteriormente constantes do Regulamento de Organização de Serviços e Estrutura Orgânica publicados por Aviso n.º 182/2004 no Apêndice n.º 3/2004 à 2.ª Série do Diário da República n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004, em tudo o que não contrarie o quadro legal referente ao Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Artigo 7.º***Entrada em vigor***

A presente estrutura orgânica produz efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2011.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 16 de Dezembro de 2010.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Vereador Manuel Custódio, dado não ter estado presente na reunião. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza referiu que por motivos de saúde não pôde estar presente na reunião ordinária de dois de Dezembro, mas que se tivesse estado presente aprovaria as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011. Quanto ao Mapa de Pessoal teria que colocar algumas questões ao Sr. Presidente para poder votar. -----

----- OBRAS PÚBLICAS -----**----- Por Empreitada -----**

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral - Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição N.º 05 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA, de €68.824,47 – Informação N.º A-143/2010 da DOM, de 14.12.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Execução da Obra de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, F, G e H, em Vila Nova de Paiva.**-----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 30 de Dezembro de 2010, sobre o assunto em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“ Considerando que:

a) É necessário dar início ao procedimento para execução da obra de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H, em Vila Nova de Paiva”, projecto previsto no código 3/310/2010/21, acção 2 (classificação orçamental 01.02/07.03.03.01) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2011;

b) No Projecto de Execução da obra, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal, o preço base estimado é no montante, excluído o IVA, de € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros);

c) Face ao referido preço-base, a escolha do procedimento para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público como resulta “a contrario” do disposto no art.º 19.º, alínea b), do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro;

d) Compete à Câmara Municipal a decisão de autorização de despesa conforme art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita naquela competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:

1.º – Aprovar o Projecto da obra do “de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H, em Vila Nova de Paiva”, elaborado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) desta Câmara Municipal;

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) o preço-base do contrato, para um prazo de execução previsto de cento e oitenta dias. -----

3.º – Autorizar que o procedimento para formação do contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público nos termos previstos no art.º 130.º e seguintes do CCP, como resulta “a contrario” do art.º 19.º, alínea b), do CCP;

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respectivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, os quais constarão do anúncio previsto no n.º 1 do art.º 130.º do CCP a publicar na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica da Construlink, S.A. utilizada por esta Câmara Municipal.

Acta N.º	01/2011
Livro N.º	Folha N.º
35	223

5.º) Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;

– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal;

– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal, e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara e os documentos apresentados. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 e 15 de Dezembro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Alberto Pinto Oliveira** – Construção de um muro de vedação no Lugar do Barreiro, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira – Processo de obras n.º 406/1993– Declaração de caducidade do Processo de Construção do Muro de Vedação – Informação N.º RS-32/2010 da DUA. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo de construção do muro, devendo o requerente ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **c) Delfim Oliveira Santos**, de Alhais – Construção de uma habitação unifamiliar, no Lugar do Fojo, em Alhais – Processo N.º 27/2007 – Declaração de caducidade do Alvará de Licença de Obras N.º 1/2008 - Informação N.º FM 184/2010, de 09.12.2010, da DOM. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do Alvará de Construção, devendo o requerente ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **d) João Lopes Barbosa** – Por requerimento registado em 28 de Dezembro de 2010 – Solicita parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial de Queiriga, sob o artigo n.º 5.084, sito ao Lugar de Curtinhas, na Freguesia da Queiriga. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio em epígrafe. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 12.^a Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 21.12.2010, de aprovação da alteração. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Associação de Paralisia Cerebral de Viseu (APCV)** – Por ofício n.º 001817, de 14.12.2010, registado em 15 de Dezembro, solicitam atribuição de subsídio nos mesmos moldes do ano de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Dado o papel de relevo da APCV na promoção, na região, da inclusão social de pessoas com deficiência, incapacidade e ou em situação de desvantagem, deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de € 2.440,00, para o ano de 2011, a processar em prestações mensais iguais e sucessivas no montante de duzentos e vinte euros. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve público presente. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção actual, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e cinquenta minutos, pelo que, de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente, e por mim que a secretariei. -----

[illegible]